



DA PROSTITUIÇÃO AO ARQUIVO: TRAJETÓRIAS E REFLEXÕES SOBRE O FUNDO “DAVIDA – PROSTITUIÇÃO, DIREITOS CIVIS, SAÚDE”

Gabriel Alencar e Souza¹

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

gabriel.alencares@gmail.com

As palavras que intitulam este texto quando integram uma mesma sentença soam incomuns. De fato, ao observar brevemente, causa estranheza relacionar prostituição aos termos arquivo ou memória. Entretanto, é significativo aprofundar a análise e compreender o sentido nessa interação. Esta perpassa por compreender as disputas dos discursos elaborados sobre a prostituição durante as últimas três décadas.

Mapear os acervos que substanciem o tema, dentro das diretrizes da metodologia da História, permite abranger os vestígios, sejam eles: textuais, sonoros ou iconográficos. Dessa forma, o historiador consegue apreender sobre as ideias e práticas culturais dos sujeitos a que se propõe estudar, e aqui, especificamente, sobre os documentos produzidos no bojo da formação do movimento de prostitutas iniciado na década de 1980.

Nesse caso, a busca pelo conhecimento a respeito dos documentos produzidos e das suas formas de fabricação pode representar igualmente, um grande auxílio no desenvolvimento de uma pesquisa histórica. Além de se tornar extremamente significativo o contato direto com as principais fontes que contextualizam essas mulheres “da vida” durante a década de 1980, ressaltado pelo surgimento de uma nova concepção sobre a prostituição.

O olhar e a análise sobre os documentos aqui tratados compreendem, nesse caso, especificamente, dois aspectos: o primeiro, de funcionário de uma das instituições que custodia a documentação da esfera executiva do Estado do Rio de Janeiro; já o segundo de pesquisador que teve contato com a fonte e logo se sensibilizou com a temática que ela implica, ou seja, um tabu para a sociedade. Por isso, a análise a seguir se baseia na associação entre experiência de trabalho no APERJ e inserção participante, primeiro de

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ e bolsista CNPQ.



curioso apaixonado por histórias de vidas diferentes, como é o caso das trabalhadoras sexuais ou de seu movimento, mas logo depois de pesquisador.

Portanto, me deterei à descrição da trajetória de formação do arquivo Davida² e no desenrolar de uma experiência colaborativa no tratamento do acervo e das relações implícitas com a organização das prostitutas na década de 1980, contado pelos documentos parte da história desse movimento. Isso, contudo, associado aos debates e tentativas de explorar os problemas que implicam a chegada desse acervo ao APERJ.

A construção desse conjunto se inicia com o cuidado e preservação da documentação ainda no Programa Prostituição e Religiosidade, com a “vontade de guardar” (VIANNA; LISSOVISKY; SÁ.1986) de seus integrantes, em meados da década de 1980, dentro do ISER³, localizado no Largo do Machado. Já ali parece haver uma demonstração de interesse em reunir a documentação do movimento de prostitutas, que pode reforçar a reverberação dos acontecimentos referentes às prostitutas.

O conjunto documental permaneceu no ISER até julho de 1992, de onde alguns integrantes optaram por se desvincular, devido a vários problemas com a Gabriela Leite, inclusive intrigas e um “abaixo-assinado” teria sido feito contra ela. Ficou decidido criar uma Organização Não governamental (ONG) chamada *Davida - prostituição, Direitos civis, Saúde*. Sendo assim, essa organização auxiliava grupos percebidos como estigmatizados e marginalizados. Isso pode ser observado na relação com outros grupos à medida que adentraremos mais à frente na análise dos documentos em si. Neles, pode ser notada a aproximação, por exemplo, com grupos homossexuais e transsexuais, assim como de outros segmentos.

Desse rompimento com o ISER, após uma longa negociação ficou decidido que a documentação, assim também como o jornal *Beijo da rua*, que pertencia à área de Publicações da instituição, ficariam, a partir daquele momento, sob a responsabilidade e coordenação da organização. Após a desvinculação do ISER, o acervo documental foi deslocado para as sedes de Davida, que se modificaram conforme o tempo. Com isso,

² Entidade civil sem fins lucrativos que tem o objetivo de “lutar” pelos direitos de grupos marginalizados, principalmente, as prostitutas.

³ Organização da sociedade civil, de caráter laico, comprometida e dedicada à causa dos direitos humanos e da democracia. Surgida no contexto brasileiro dos anos 1970, tem o objetivo de promover estudos, pesquisas e também intervenção social a partir de eixos temáticos plurais da sociedade brasileira, como a defesa e a garantia de direitos, segurança pública, meio ambiente, diversidade religiosa, entre outros.



migrou por vários lugares, uma característica comum em instituições do chamado terceiro setor nos anos 1990, preço pago ao ocupar o vácuo deixado entre o público e o privado em um país como o Brasil, instável no sentido político, econômico e social.

Finalmente em 2012, o conjunto documental é levado para o Catete, onde a documentação permaneceu por quase dois anos, na residência de Gabriela Leite e Flávio Lenz. Através disso, deve-se paralelamente compreender a necessidade de tratamento e organização dos documentos e ver como essencial essa parceria entre instituições, seja pública ou privada, no intuito de trazer benefícios à sociedade.

Durante esse período, estima-se que o arquivo já representava mais que o dobro daquele que saiu do ISER em 1992. Consequência de uma produção e acumulação intensa de documentos durante muitos anos. Por isso, o conjunto documental compreende um período largo, que se inicia no ISER e que depois tem continuidade com a criação e solidificação do Davida entre os anos 1990 e 2000.

Gabriela Leite já se encontrava doente nesse período de transição do acervo para o APERJ e em 2013, faleceu. Seguindo seu desejo, houve a continuidade da doação para o Arquivo Público. A transferência dos documentos para o APERJ caracterizou-se ao que Bellotto indica como “recolhimento selvagem”. “Isto é, quando grandes massas aleatórias são literalmente descarregadas nos arquivos permanentes, sem obediência a critérios técnicos” (BELLOTTO, 2009). Muitas caixas e mesmo alguns armários/arquivos, contendo todos os tipos de documentos, pouco restou do conjunto organizado anteriormente. A partir de 2013, o conjunto de documentos foi levado e aos poucos são desenvolvidas discussões sobre o tratamento técnico do acervo, com ele a tentativa em estabelecer uma relação entre todos os documentos, seguindo metodologia arquivística. Trabalho que é muito dificultado pela mistura feita pelo próprio Davida entre documentos já organizados e uma parte sem organização. A organização física desenvolvida pelo ordenamento adequado dos documentos, e intelectualmente através de uma classificação (quadro de arranjo)⁴. Nas duas etapas sendo mantida uma correspondência.

Estender os horizontes para o momento anterior ao ingresso de um arquivo privado em uma instituição de preservação de memória

⁴ Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido. Ver também método de arquivamento, nível de arranjo, sistema de arranjo.



significa mergulhar no universo que o configurou, apreciando a relação que o “titular” mantém com os seus documentos. O estudo da trajetória realizada por um arquivo no interior do seu processo de geração busca apreender os momentos que levam os homens públicos a acumular registros, a dispô-los sob diversas formas de ordenamento, a retê-los por toda vida. A eles se afeiçoando a ponto de trata-los mesmo como termo de relação homem-obra, como seu legado pessoal e intransferível, marca do que realizou e edificou em vida e com o que intenta ser reconhecido pelas gerações seguintes, lembrado, quando não celebrado, por seus feitos e mensagens. (VIANNA; LISSOVISKY; SÁ.1986)

Para compreender a configuração que documentos provenientes de uma instituição não pública assumem, é preciso conhecer a relação que o titular, nesse caso, a Davida, mantinha com os documentos. O texto a que o trecho anterior se refere faz parte de uma discussão desenvolvida, principalmente, do produtor de documentos, muitas vezes uma pessoa que tem interesse em preservar a sua trajetória de vida e valorizá-la, e por isso, intervém no que deve ou não ser selecionado a integrar o conjunto de documentos. Para um dos fundadores da Arquivologia moderna, Hilary Jenkinson, a transferência ou recolhimento de um arquivo para outra instituição arquivística já configuraria um grande problema, principalmente, na perda de confiabilidade dessa documentação. (HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 336-337)

No caso de uma instituição, como o Davida, uma Organização sem fins lucrativos de forma mais autônoma, se pode perceber uma produção de documentos não muito orgânica como em uma instituição pública. De certa forma, uma parte é sim de cunho administrativo, mas grande parte é de material produzido através das parcerias com governo federal ou mesmo outras instituições. Se assemelhando às características de uma esfera mais íntima e pessoal na acumulação documental, na busca de uma subjetividade muito própria dos reflexos da pós-modernidade, que, conseqüentemente, também interferem nos arcações da teoria Arquivística.

No caso da doação desses conjuntos documentais a uma instituição que abrigue acervos históricos, há a interferência de outros agentes: arquivistas ou documentalistas que, responsáveis pela organização do arquivo, tomam decisões sobre arranjo e descrição com o objetivo de responder às demandas previstas da pesquisa histórica, imprimindo a sua subjetividade na configuração do arquivo, já então transformado em patrimônio documental. (HEYMANN, 1997, p. 45-46)



Assim, como na seleção do que deve ou não ser recolhido por um Arquivo Público, há uma interferência clara nesse momento da organização de forma bastante subjetiva, pelo responsável que de forma arbitrária escolhe os caminhos do desenvolvimento, por exemplo, do quadro de arranjo. Em uma instituição com funções melhor definidas, geralmente, a organização ocorre mais organicamente, como de uma secretaria governamental, ou seja, na qual os documentos são desenvolvidos naturalmente pela necessidade funcional daquele órgão.

No caso dos documentos da Davida, já existe uma subjetividade pela própria formação dele, cuja constituição mostra a participação de vários integrantes ao longo do tempo de sua acumulação. Transformando-o em um acervo com grandes desafios a serem enfrentados, além da sua imensa extensão e suportes variados. Além disso, essa documentação demonstra um teor identitário de uma categoria peculiar na realidade arquivística e nas casas de memória, a “profissional do sexo”, emergindo como figura que tem sua subjetividade a ser preservada.

Enquanto o material era higienizado, o tratamento técnico ocorria com o foco na identificação dos documentos textuais, pois consiste no gênero de maior proporção, algo que o APERJ entendeu contribuir no mapeamento do conjunto, assim também como na organização. A minha participação no desenvolvimento do trabalho começa, exatamente, nesse momento. Inicialmente, uma colaboração tímida, se resumindo a pesquisa, mas com o tempo assumi a responsabilidade de contribuir no tratamento do acervo. Aqui entra em cena a participação descrita acima, na qual a curiosidade e os detalhes sobre o acervo chamaram a minha atenção. Aos poucos me juntei aos bolsistas na organização, e depois contribuindo nas diretrizes e caminhos a seguir com os documentos. Todo esse trabalho foi movido por uma dificuldade profunda na compreensão nas características dos documentos e na história da organização. Mas pela busca do reconhecimento foi constituído um conjunto documental interessante para o estudo de diversos assuntos que dialogavam entre si, como em: saúde (DST e AIDS), sexualidade, homossexualidade, marginalidade, feminismo, entre outros.

Além de o conjunto documental, preservar um vestígio importante do desenvolvimento da Davida remete também a trajetória da “organização das prostitutas”. Desde o seu surgimento concentra igualmente documentos referentes ao diálogo com a



sociedade civil, com a esfera pública e privada, assim também como outras associações e ONGs sobre a prostituição ou não. Davida representa uma parte ou um “braço” dessa organização de prostitutas no Estado do Rio de Janeiro.

O acervo reúne uma variedade documental onde podem ser encontrados os mais diversos gêneros: documentos audiovisuais, documentos eletrônicos, documentos iconográficos, documentos tridimensionais e documentos textuais. Entre eles uma vasta gama de formatos, como: fitas U-matic, fitas Mini DV, fitas VHS, fitas Cassetes, fitas Betacam, fitas Microcassetes, Disquetes, CD's, DVD's, cartazes, fotografias, negativos. Ainda é possível destacar que junto ao acervo arquivístico também chegou ao APERJ a biblioteca de Davida, com um volume bibliográfico significativo que complementa o tema prostituição além de outros que o circunscrevem. Uma vasta tipologia para averiguar não esquecendo os contextos políticos e sociais da produção e acumulação dessa documentação.

Isso significa refletir sobre a política de arquivos dos governos brasileiros a que foi possível tanto o desenvolvimento da organização, como na acumulação e depois recolhimento do próprio APERJ. Durante o recolhimento do conjunto Davida, a Lei de Acesso à Informação tinha há pouco tempo sido colocada em prática. Já que, em 2011, a Lei foi promulgada e dois anos depois a documentação chegava ao Arquivo.

Essa variedade de documentos significa e institui uma série de desafios que devemos enfrentar para nos adequar, que pode ser pela quantidade de documentos produzidos e acumulados no conjunto, assim também como o surgimento de novas tecnologias que surgem com uma aceleração impressionante além da própria capacidade humana.

A partir dos anos 1980 e 1990 os computadores pessoais (PC's) começam a se popularizar, transformando inclusive a maneira de se lidar com os documentos, surgindo um novo gênero: documentos eletrônicos. Caracterizados por Terry Cook como novos problemas contextuais ao nosso tempo, principalmente, no que se refere ao entendimento da ciência que estuda os documentos. Cook analisa que com o desenvolvimento tecnológico se fez necessário o surgimento de “novas estratégias e práticas” (COOK, 2018, p. 57) para compreensão do discurso profissional arquivístico. Uma mudança de paradigma arquivístico.



Alguns desses documentos mostram o processo de organização das prostitutas, um deles é o filme *Fala mulher, da vida* produzido pelo Programa Prostituição e Religiosidade. Um filme que mostra o 1º Encontro Nacional de Prostitutas, ocorrido entre o Centro de Artes Calouste Gulbenkian e o Circo Voador, entre 20 de julho e 23 de julho de 1987. Filme recuperado junto a outras U-matic, após tratamento de higienização e digitalização, desenvolvido por uma empresa privada via dinheiro recebido pelo OP. No filme, aparecem outras imagens com a participação de pessoas, como: os artistas Lucélia Santos, Martinho da Vila, Elza Soares. Os eventos ainda tiveram a participação de intelectuais como Marilena Chauí, Raymundo Faoro, Fernando Gabeira e contou com a participação de prostitutas que se deslocaram de várias partes do Brasil. No fim do filme consta o nome de 39 prostitutas participantes do evento.

No Encontro, puderam discutir os principais fatores que interferiam na atividade, como: a violência policial, os estigmas em relação às doenças sexualmente transmissíveis e também as questões que dizem respeito aos direitos civis e trabalhadores. Os documentos da Davida remetem, principalmente, aos temas acima mencionados, mas a assuntos que discutem também sexualidade, gênero e marginalidade.

Grande parte dos documentos encontrados no acervo tem origem nos acordos e parcerias que foram firmados entre a ONG e o governo federal, como já dito. Em que se destacam os materiais de campanhas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, entre eles os cartazes e folhetos de campanhas de prevenção a DST e AIDS, como os manuais e pesquisas referentes ao Projeto Previna AIDS.⁵ Assim como panfletos, cartazes, cartas com relação às campanhas de saúde na qual a Davida era parceira do governo. Eles contribuem no debate público sobre prevenção e luta contra tais doenças, assim também como impacta nas ações do Estado e suas políticas públicas.

Associam-se a esses documentos outros diversos que referenciam os debates desenvolvidos pela Davida, como projetos, programas e artigos durante sua trajetória. Além disso, o acervo conta com documentos de função administrativa, como atas, recibos e ofícios; e outros de cunho promocional e cultural, destacando-se fotografias de diversos eventos da história da organização de prostitutas e o próprio jornal *Beijo da rua*.

⁵ Projeto de combate a AIDS e DST do Ministério da Saúde em âmbito federal.



Diante da sua diversidade do conjunto documental, observa-se a riqueza do acervo por dois motivos: o primeiro para o estudo e pesquisa, principalmente, nas áreas disciplinares de humanas; e o segundo na relação estabelecida com documentos de outros fundos ou coleções que são preservadas no APERJ. Acervos que se referem à prostituição, como, por exemplo: as fichas das polacas, mulheres estrangeiras, principalmente, de origem judaica e polonesa, que se prostituíam entre final do século 19 e início dos 20. Assim também como as fichas de prostitutas que foram fichadas no Mangue entre 1950 e 1970.⁶ E também a documentação doada por Eurídice Coelho, ex-presidente da Associação de Prostitutas do Estado do Rio de Janeiro, localizada na antiga Vila Mimosa.

Há, por fim, um pequeno encadernado com fotografias do acervo proveniente da Assessoria de Comunicação do Metrô, pertencente a Rio Trilhos. Nele, o fotógrafo Adelino Portino registrou o momento e nomeou de “Operação espanta borboletas”⁷, uma operação de desapropriação de casas da zona do Mangue na década de 1970.⁸

Debruçar-se sobre esses documentos nos faz perceber que apesar de diferenças na proveniência, origem, sentido, significado, simbolismo e função, eles estabelecem diálogos através da representação de um sujeito comum, a prostituta. Sejam pelos arquivos policiais desde o final do século 19 a meados do século 20 através das fichas de controle e tentativa de domesticação; ou até mesmo entre as últimas quatro décadas, através de um movimento feminista e outro de prostitutas.

Além disso, ainda é importante salientar as pontes possíveis a partir de outros acervos em depósito no APERJ. Refiro-me, especificamente, no Fundo Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática (MFALD), onde foi encontrada a primeira edição do jornal *Beijo da rua*. Ali constam as discussões que permeavam o movimento feminista naquele momento, inclusive com referência ao tema prostituição.

Juntando todas essas peças do quebra-cabeça estabelece uma rede intrincada de fragmentos da história tecidos sobre um tema, que próximos podem dar mais verossimilhança a história da prostituição no Rio de Janeiro, quiçá no Brasil. Dessa forma,

⁶ Fichas que serviram como fontes para o trabalho da historiadora Juçara Leite: LEITE, Juçara Luzia. *A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2005.

⁷ BR RJAPERJ RT. Encadernado número 51.

⁸ Não encontrei nenhuma referência sobre uma suposta “Operação espanta borboletas” em jornais da época, o que me levou a pensar na subjetividade do próprio fotógrafo, na escolha do nome ao evento.



é possível mostrar a relação do Estado com a prostituição através de fontes produzidas pelo seu principal órgão de repressão, a polícia. Assim também como plausível estabelecer uma conexão com as fontes da esfera privada, representada pela Davida, uma instituição nascida da inquietação de um grupo que busca a mudança do discurso.

Ao longo deste texto deixamos de lado as discussões sobre a “promiscuidade”, o pecado ou o crime que a prostituta supostamente possa ter cometido, segundo discursos anteriores, para compreendermos a importância da operação ocorrida em 2013 da doação dos documentos do Davida para o APERJ. No entanto, não devemos nos esquecer do que poderia ser visto como “promíscuo”, diante da moralidade cristã, adentrando ao Estado e agora integrando ao acervo de um Arquivo Público. Isto demonstra o quanto pode ser importante o surgimento de novas compreensões sobre arquivos e diretrizes diferentes, que considerem, principalmente, uma contextualização necessária aos debates contemporâneos, de grupos que reúnem características sociais que os estigmatizem, e assim se tornam “invisíveis” diante da nossa sociedade.

A Lei 8.159/1991, ou seja, a Lei de Arquivos elenca as principais funções do Estado em relação aos arquivos, e mais enfaticamente os públicos. Dentre elas está a preservação da memória e da identidade nacional. No que se refere a arquivos privados, o estudo da arquivologia nos mostra a possibilidade de refletir a respeito de algumas categorias desses arquivos, na qual a Bellotto afirma ter diferenciado em:

Arquivos econômicos – são gerados por empresas comerciais, industriais, financeiras ou serviços, como exemplo: os bancos, seguradoras, empresas agrícolas, transporte etc.; [...] Arquivos sociais – são os religiosos, notariais e os de movimentos e entidades políticas, como exemplo: a documentação de instituições educacionais privadas e de associações de classe, esportivas, beneficentes e culturais; [...] Arquivos pessoais – papéis produzidos/ recebidos por entidades ou pessoas físicas (família) de direito privado, ligados à vida e a obra e às atividades de uma pessoa, como a vida familiar, civil, profissional e a produção política/ intelectual/ científica/ artística. (BELLOTTO, 2006, p. 257)

Por se tratar de uma organização que não é pública, a documentação da Davida pode ser categorizada como arquivo de tipo social, simbolizando características de organização desenvolvida na sociedade civil. Sendo assim, quando um arquivo privado é considerado importante para a história do país deveria, por isso, ser recolhido e



resguardado pelos órgãos públicos responsáveis, nesse caso, os arquivos públicos. Com isso, o respaldo de um Arquivo Público é infinitamente importante para o desenvolvimento de uma política de preservação da história de uma cidade, de um estado ou de um país.

A partir do momento que uma documentação privada é doada a uma instituição de preservação pública, como um Arquivo Público, ele deixa de representar somente uma perspectiva do privado e íntimo, passando a contar com a atribuição de “valor histórico” que lhe foi dado por esse órgão público em momento que antecede a doação, quando da avaliação desses documentos. Desse momento em diante, os documentos são públicos e de interesse social e cultural para a sociedade. Obviamente que a avaliação e seleção devem ser desenvolvidas através de critérios metodológicos que una a arquivologia e a história. Entretanto, mesmo que sejam tomadas medidas embasadas em critérios antes pré-estabelecidos, elas podem se modificar de acordo com o cenário político ou com mudança política da própria instituição arquivística.

Além disso, o exercício de avaliar e selecionar uma documentação são extremamente subjetivos. Para responder a questão sobre qual documento deve ou não ser preservado, José Maria Jardim descreve esse momento, como de “invenção da memória” (JARDIM, 1996, p. 102-117), na qual é criada, predominantemente, em torno das ideias de avaliação e seleção de documentos uma noção de memória, que representariam suas justificativas de recolhimento, seja uma entidade ou pessoa. Com isso, o simbolismo histórico da documentação transcende a linha tênue do que deve ou não se tornar um patrimônio cultural arquivístico, criando sobre o documento uma monumentalização, se aproximando do conceito de Le Goff. (LE GOFF, 2005)

Somente com a implantação de políticas arquivísticas é possível o desenvolvimento de incentivo ao recolhimento de arquivos de outras esferas que não são públicas. Essa política é posta em prática através das principais atribuições e finalidades dos arquivos públicos. Sendo assim, quando o arquivo Davida chega ao APERJ, passa a ter considerada relevância em uma lógica de preservação documental de grupos historicamente estigmatizados pela sociedade. A instituição não pode caracteriza-la como de “interesse público”, pois é uma atribuição do presidente da república, mas pode aceitar



a doação por entender que a documentação deve ser preservada. Isso demonstra uma reviravolta que somente a história nos permite analisar.

As reflexões da historiografia contemporânea, de modo geral, têm contribuído no reconhecimento de representatividade de grupos marginalizados há algum tempo. Desde os historiadores dos *Annalles* a ampliação da diversidade de fontes e objetos de estudo da disciplina tem transpassado por caminhos diferentes, na qual permite que pesquisadores não mais se aprisionem somente na análise de documentos produzidos pelo Estado, mas inovem e estudem novas fontes fugindo do positivismo do século 19. Assim, cada vez mais os historiadores buscam por grupos e movimentos que não estiveram “na frente dos holofotes” para tentar explicar o que ainda não tinha sido dito e as vozes silenciadas.

No ínterim dos novos estudos e abordagens históricas, cada vez mais, foi perceptível à preocupação a respeito dos documentos que transportassem esses grupos estigmatizados para o *front*, como nas trincheiras de guerra. Por isso, o que antes a História tratava como essencial, o conhecimento sobre os vencedores e dominadores, por exemplo, hoje isso representa mais um recorte de uma colcha cheia de retalhos, em que dominados também fazem parte da sociedade e participam da história com ações e espaço de memórias.

Por conseguinte, grupos marginalizados começaram a ganhar espaço nas instituições de cultura, como: museus, bibliotecas e arquivos. Essa reverberação da história fez com que aos poucos a própria cultura se modificasse. A historiadora Déa Fenelon (1992) afirma que o patrimônio com a marca e representação das elites acabou colocando no esquecimento a memória de grupos populares, onde se destacavam elementos da cultura dita “erudita”. Uma política de recolhimento desse tipo de acervo, portanto, modifica o status do que seja um patrimônio arquivístico, (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130) noção que sem dúvida é derivada da definição de patrimônio cultural.

No ápice do período de redemocratização, tinha o respaldo jurídico da Constituição Federal do Brasil que passava a “proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988). E não podemos deixar de destacar a luta de movimentos populares, associações, sindicatos, organizações não



governamentais e empresas, que iniciam um processo de criação de seus próprios “lugares de história”. Nesse momento são instituídos os centros de memória, núcleos de pesquisas, museus, arquivos, como forma de preservação de suas próprias memórias e de dar o acesso à população ao conhecimento de suas trajetórias, o que acreditam ser digno de divulgação e cuidado. Assim como a chegada da documentação da Davida no APERJ, que também se relaciona diretamente com o início do seu período de produção e acumulação na década de 1980.

São nos tempos de crise que a “Constituição cidadã” busca estancar as defasagens sociais criadas na sociedade ao atender as demandas dos mais variados grupos. O Art. 216, é um exemplo disso, nele é constituído “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à **identidade, à ação, à memória** (grifo meu) dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A Lei de Arquivos é construída nessa mesma conjuntura, sendo decretada no início dos anos 1990, especificamente, no governo do “caçador de marajás”.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro se insere no desenvolvimento de políticas públicas na conquista de reverberação das vozes dos grupos rechaçados historicamente pela sociedade. As prostitutas, por exemplo, integram a esse espectro. Portanto, deve ser esquecida pelo resto da sociedade, ou pelo menos dessa forma refletem os pensamentos advindos, principalmente, da moralidade cristã. A ideia de pecado e pecaminosa durante anos tem tirado ou afastado da prostituta, assim como outros grupos de seu exercício de cidadania. Com isso, durante anos a prostituta é afastada da ideia de história e memória, afinal por que uma prostituta teria história? Algumas vezes fui perguntado sobre isso, onde colocaram sobre questionamento a importância desta pesquisa e a real importância de estudar a prostituição.

Além disso, há uma tentativa de dar continuidade histórica através dos documentos. Diante da grande concentração de documentos das polícias políticas de parte considerável do século 20, os arquivos de movimentos, organizações e associações demonstram o período seguinte ao do regime militar entre 1964 e 1985. Com isso, o APERJ custodia documentos privados que, ou está correlata à ditadura, como de coleções particulares de integrantes da luta armada, ou movimentos contextuais da redemocratização, o que Paulo Knauss, então diretor do APERJ descreve como tentativa



de fazer uma “genealogia”, ao recolher documentos de uma luta política da geração seguinte ao ditatorial.⁹

Também são conectados agentes públicos e privados no reconhecimento de valor histórico para a sociedade fluminense da preservação desse material que condensa a organização das prostitutas entre os anos 1980 e 2000, o que representa simbolicamente o reconhecimento estatal da relevância da Davida, como um dos “braços” do movimento de prostitutas, para a história no Rio de Janeiro e no Brasil.

Por isso, as políticas públicas arquivísticas podem sofrer um grande impacto e mudança no que se deve ou não preservar. Atribuído de ideologia um governo pode ou não valorizar um patrimônio cultural, independentemente, da importância daquele documento para a história social e cultural de um país, ou mesmo utilizar critérios ideológicos – aqui uma preocupação muito particular deste que escreve. Nesse aspecto, a documentação da Davida pode ser relevante ou não de acordo com o critério governamental. Para a história, certamente, é muito importante preservar conjuntos documentais que traduzam ideias e práticas de um determinado período, seja de grupos conservadores ou progressistas. Como os documentos serão utilizados é de responsabilidade dos pesquisadores.

O debate público sobre a prostituição e os temas relacionados, ganha muito com essa interlocução do APERJ. Pois, é através dele que existe a possibilidade de se conhecer vários documentos que mostram a importância do engajamento do movimento de prostitutas, que se estabeleceu, fundamentalmente, na luta em favor da cidadania e contra a estigmatização policial ou sanitária. Apesar de representar um discurso, ele também ecoa àqueles que são opostos, através dos embates, nas discussões. O APERJ entra no circuito do debate público, se tornando uma instituição fundamental para se estudar e produzir ideias sobre prostituição.

Os discursos podem ser percebidos nas ações políticas do movimento, que assim como outras medidas, a doação e organização do acervo são também uma forma de estruturação e sistematização política. A constituição de um acervo integra ao repertório

⁹ KNAUSS, Paulo. Memória institucional APERJ: depoimento. [1 de novembro, 2018]. Rio de Janeiro: *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)*. Entrevista concedida a Clarissa Ramos, Daniel Elian, Gabriel Alencar e Maria Teresa Bandeira de Mello. Também pode ser encontrada no APERJ uma documentação de projetos de políticas públicas estaduais, como o Programa Baixada Viva, conjunto de obras de saneamento e urbanização na região da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro.



político do Davida e do movimento, principalmente no cenário atual, na qual as instituições são extremamente atacadas. Ter documentos produzidos por um movimento de prostitutas em um Arquivo Público, sem dúvida, pode ser parte de uma grande disputa política, porque assim, há o reconhecimento do Estado sobre a história dessa categoria. Por isso, o arquivo também está inserido nesse contexto e faz parte dessa nova noção sobre o tema, já exercendo algum efeito sobre a sociedade, que deve ser publicizado.

Portanto, ter um acervo privado guardado por um Arquivo Público é importante para impactar a sociedade civil e ao próprio Estado da existência de grupos que são mantidos à margem, mas que também devem ter a sua trajetória preservada. Nesse sentido, principalmente, aqueles documentos produzidos a partir do período de redemocratização merecem maior atenção, pois muitos grupos e movimentos foram compostos, mas nem todos tiveram capacidade institucional que suportasse o que por eles foi produzido, fazendo com que as memórias desses grupos se fragmentassem.

Referências bibliográficas

APERJ. *História do Arquivo Davida*. 2016.

_____. *História administrativa da ONG Davida*. 2016.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BOSHI, Raul. *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DEL PRIORE, Mary. *A Mulher Na História do Brasil*. 4ª Edição, São Paulo: Editora Contexto, 1994.



DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro - 1840 a 1890*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

HEYMANN, L. Q. *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, L. (Org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

JARDIM, J. M. *A invenção da memória nos arquivos públicos*. Ciência da Informação, Brasília, v. 25, p. 102-117, 1996.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição, as polacas e suas associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2005.

LEITE, Gabriela Silva. *Filha, mãe, avó e puta. A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEITE, Juçara Luzia. *A República do Manguê: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974)*. São Caetano do Sul, SP:Yendis, 2005.

_____. *O Estado da Saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do Terceiro Setor*. 2011. Monografia (Especialista em Comunicação e saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.



PEREIRA, Armando. *Prostituição: uma visão global*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

QUADRAT, Samantha. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. QUADRAT, Samantha (Org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil – 1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Os prazeres da noite - prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SCHETTINI, Cristiana. *“Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói: EdUFF, 2010.

SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R.S.; MORAES, Aparecida Fonseca. *Prostituição e outras formas de amor*. Niterói: EdUFF, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas...a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

VIANNA, Aurélio; LISSOVISKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. “A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados”. *Revista Arquivos e Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986.